



GT 05. Antropologia da Biomedicina

Coordenador(es):

Jaqueline Teresinha Ferreira (Instituto de Estudos em Saúde coletiva)

Ednalva Maciel Neves (PPGA/UFPB)

Sessão 1 - Biosaberes e biopolíticas

Debatedor/a: Débora Allebrandt (UFAL - Universidade Federal de Alagoas)

Sessão 2 - Adoecimentos, sistemas e cuidados em saúde

Debatedor/a: Cíntia Liara Engel (UnB)

Sessão 3 - Narrativas de parto, violência obstétrica e outras afetações

Debatedor/a: Jane Araújo Russo (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Este Grupo de Trabalho dá continuidade ao diálogo iniciado na III Reunião de Antropologia da Saúde, realizada em Natal/2019, desvelando uma experiência rica de pesquisadores brasileiros que apresentaram etnografias com temas instigantes calcadas em técnicas de pesquisa já consagradas e /ou inusitadas e questões reflexivas de pesquisa. Assim, a proposta é ampliar e aprofundar essa discussão a partir de trabalhos etnográficos sobre a medicina ocidental, a biomedicina, como campo de investigação, envolvendo a produção de conhecimento e tecnologias biomédicas, assim como seus efeitos na experiência coletiva e pessoal. Desta forma, o enfoque é sobre a complexa trama contemporânea do bio: mercados, tecnológicas, interpretações, apropriação de saberes e práticas, direitos e ativismos. Dentre as reflexões, pensamos em dialogar acerca: construção do saber profissional sobre o corpo, definições sobre saúde e doença, questões éticas relacionadas às biotecnologias, cuidado humanizado, comportamentos dos/das pacientes em relação à busca de diagnósticos (testes genéticos, diagnósticos por imagens) e tratamentos (tecnologias reprodutivas, cuidados paliativos) relação médico/a-paciente e diálogos com outras racionalidades terapêuticas. Igualmente contamos com os aspectos políticos, econômicos e éticos que podem animar esses debates.

Narrativas de perda gestacional e neonatal: sensibilidades contemporâneas

Autoria: Vanessa Miranda Santos de Paula Carneiro (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro), Rachel Aisengart Menezes

Este work integra pesquisa para dissertação de mestrado em Saúde Coletiva e pertence ao conjunto de estudos socioantropológicos sobre as atitudes diante da morte na contemporaneidade, especificamente a perda gestacional e neonatal. Utilizo análise documental para apreender o discurso de profissionais de saúde dedicados à assistência ao luto os valores relacionados à maternidade, infância, morte e suas demandas sociais. A análise da literatura produzida por apoiadoras do reconhecimento deste tipo de luto no Brasil permite identificar prescrições acerca da elaboração da perda, vocabulário próprio e mudanças no ideário de boa mãe deste grupo. A psicologia perinatal e os cuidados paliativos pediátricos são especializações recentes que configuram a literatura nativa e preconizam um processo de enlutamento intrapsíquico, com uma interpretação rasa de sua configuração social. A literatura crítica, perspectiva deste work, considera os fetos e bebês mortos (durante a gestação ou puerpério) novos sujeitos biopolíticos configurados pela articulação entre a ciência, clínica e estado. No Brasil, mães enlutadas que são defensoras da visibilidade do luto gestacional e neonatal frequentemente se reúnem em associações sem fins lucrativos para legitimar o seu sofrimento, as identidades de bebê-anjo/mãe de anjo e as particularidades vivenciadas a partir da morte do



feto/bebê. As associações oferecem grupos de ajuda mútua para o compartilhamento da experiência do luto e validação da posição social materna com a afirmação do seu amor incondicional. A maioria dos grupos foi fundada nos últimos cinco anos, sobretudo entre 2017 e 2018. A continuidade do vínculo com o bebê morto (cuja identidade deve permanecer em desenvolvimento), a sacralização de mulher e do feto/bebê são centrais nos discursos, práticas e prescrições difundidas por mães enlutadas e terapeutas especialistas em luto (que frequentemente também participam dos grupos por terem histórico de perda gestacional). Ambas pressupõem que a morte de um bebê é considerada antinatural pelos pais e uma morte simbólica do futuro. A produção crítica sobre morte gestacional e neonatal afirma que os embriões e fetos mortos são investidos de sentido e adquirem importância social de acordo com momentos históricos e contextos específicos. O ideário da assistência ao luto gestacional e neonatal no Brasil é produzido por mulheres intelectuais, direcionado sobretudo a seus pares e produtor de (in)sensibilidades e novas demandas quanto ao processo de luto. A análise das cartilhas difundidas em grupos de ajuda mútua evidencia as tensões e contradições de um campo constituído por moralidades, processos medicalizantes e as mudanças no ideário de boa mãe diante da morte de seu bebê.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: